

## GNA fecha contrato de R\$ 1,76 bilhão com BNDES

Por Francisco Góes | Do Rio



Ferrari, diretor de infraestrutura e governo do BNDES, diz que é a primeira vez que o banco financia térmica a GNL.

A Gás Natural Açú (GNA), joint venture formada pela Prumo Logística, BP e Siemens, deu um passo importante no plano de instalar um parque térmico para a geração de energia elétrica no Porto do Açú, litoral nordeste do Rio de Janeiro. Ontem, uma sociedade de propósito específico (SPE) controlada pela GNA, a UTE GNA I Geração de Energia S.A., assinou contrato de financiamento de R\$ 1,76 bilhão com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a implantação no Açú de uma térmica a gás natural com capacidade de 1,3 gigawatt (GW). Parte dos recursos será destinada à construção de um terminal de importação e de regaseificação de gás natural liquefeito (GNL) no próprio porto.

O crédito do BNDES para a

GNA representa quase 40% do investimento total no projeto da UTE GNA I, de R\$ 4,5 bilhões. A previsão é de que a unidade comece a operar comercialmente em janeiro de 2021. A GNA tem outro projeto, a GNA II, também no Açú, com capacidade de geração de 1,7 GW e previsão de entrada em operação em 2023. Juntas, as duas unidades vão garantir um parque gerador de 3 GW de energia firme. Bernardo Perseke, presidente da GNA, disse que o empreendimento é parte do "maior complexo termelétrico a gás natural da América Latina". Ele afirmou que os sócios da companhia estruturaram a forma de financiar o projeto da usina GNA II.

O diretor de infraestrutura e governo do BNDES, Marcos Ferrari, disse que a operação de financiamento com a GNA I envolve fatores inéditos para o banco. É a primeira vez que o BNDES financia térmica movida a GNL. Quando a usina estiver operacional, os navios gaseiros vão atracar no terminal de GNL do Açú e a carga líquida será regaseificada para alimentar a termelétrica da GNA. O terminal terá capacidade de movimentar 42 milhões de metros cúbicos de gás por dia.

Ferrari também destacou que a operação com a GNA conta com estrutura segundo a qual o BNDES entra com o crédito e o banco alemão KfW garante o risco da operação via

fiança bancária em todo o ciclo de amortização do financiamento, que é de 14 anos. Ferrari disse que a modelagem feita com a GNA servirá de base para outras operações semelhantes no futuro, envolvendo parcerias com instituições em projetos de infraestrutura. Pelo acordo com o KfW, cabe ao banco alemão correr o risco da operação, o que envolve a eventualidade de inadimplência.

A reportagem tentou, mas não conseguiu contato com o KfW. Representantes do banco alemão estiveram, ontem, na sede do BNDES, no Rio, para a assinatura do contrato de financiamento com a GNA. Foi uma cerimônia privada com a presença do presidente do BNDES, Dyogo de Oliveira, e com executivos ligados aos acionistas da GNA: Prumo, BP e Siemens.

A superintendente da área de energia do BNDES, Carla Primavera, afirmou que o financiamento à UTE GNA I é uma operação importante para os dois bancos de desenvolvimento (BNDES e KfW). Carla afirmou que, além de acrescentar mais de 1,3 GW ao sistema elétrico, a térmica garante mais segurança energética uma vez que está instalada no submercado da região Sudeste do país.

"Em um ambiente [de eventual] escassez de chuva, a térmica contribui para a segurança energética", disse





Carla. Ela afirmou que, do financiamento total do banco ao projeto, cerca de R\$ 1,4 bilhão corresponde à construção da térmica e R\$ 330 milhões à parte do banco na implantação do terminal de GNL. Há ainda R\$ 53 milhões de financiamento para investimento em linha de transmissão.

Carla disse que a operação também representa uma inovação na relação do BNDES com o KfW. O banco de fomento brasileiro já fez captações com a instituição alemã no passado, mas é a primeira vez que o KfW oferece garantia para um financiamento do BNDES em projeto. A previsão é que o primeiro desembolso de recursos para a UTE GNA I ocorra no primeiro trimestre de 2019. Carla afirmou que o desembolso se dá de acordo com o andamento físico e financeiro do projeto. Segundo informações da GNA, na fase de construção das duas termelétricas serão gerados 4,5 mil empregos diretos e cerca de 10 mil indiretos. Os empreendimentos da GNA empregam hoje mais de 1,7 mil trabalhadores, sendo 70% de Campos dos Goytacazes e de São João da Barra, onde fica o Açú, porto que surgiu pelas mãos do empresário Eike Batista e que é controlado pela americana EIG.

## A Temer o que é de Temer

NELSON BARBOSA

O governo Temer acaba em dez dias e podemos fazer um balanço preliminar de sua gestão. Esta coluna é sobre o gasto primário, pois o time “temerista” tinha por objetivo realizar uma grande reforma fiscal.

Dois anos e meio depois, os resultados ficaram abaixo do projetado, mas houve avanços, como indica um documento publicado recentemente pelo Ministério da Fazenda.

O relatório da Fazenda é um registro do que foi feito e, mais importante, do que não foi feito. A análise merece ser lida, mas tem lacunas. Destaco apenas quatro por limite de espaço.

Primeiro, não houve grande reforma do gasto obrigatório durante o governo Temer. Das 24 medidas listadas pela Fazenda, somente a substituição da TJLP pela TLP pode ser considerada ação permanente, mas cujo impacto final ainda não é conhecido.

Mais especificamente, a TLP e a TJLP tiveram praticamente o mesmo valor acumulado em 2018 (6,9% versus 6,7%). A mudança maior começará a partir de 2019, quando saberemos melhor as consequências dessa reforma.

Em princípio, o aumento do custo dos empréstimos do BNDES pode levar a mais subsídios explícitos no Orçamento, com impacto indefinido sobre o gasto primário no longo prazo. Ainda assim, a TLP pode ser um avanço na transparência fiscal.

Segundo, passando ao restante do gasto primário obrigatório, as principais reformas do mandato 2015-18 foram realizadas por Dilma, em 2015, no abono salarial, no seguro-desemprego, nas pensões por morte e no auxílio-doença.

Os impactos das reformas de Dilma no INSS são graduais, mas, no caso dos programas do FAT, já é possível constatar redução relevante: a despesa real anual com abono

salarial e seguro-desemprego caiu de R\$ 71,3 bilhões, em maio de 2015, para R\$ 54,9 bilhões, em outubro de 2018. Essa queda corresponde a 0,2% do PIB por ano e foi a principal reforma da despesa obrigatória da União em 2015-18.

Terceiro, os temeristas também destacam o controle do gasto discricionário sob sua gestão, mas os dados indicam outra coisa. Esse tipo de despesa caiu de 4,5% do PIB, em dezembro de 2014, para 4,0% do PIB, em maio de 2016. Dilma fez, portanto, um ajuste de meio ponto do PIB em seu breve segundo mandato.

Qual foi o ajuste de Temer? Os dados do Tesouro indicam que o gasto discricionário deve ficar em 3,9% do PIB neste ano, ou seja, o ajuste deve ser de 0,1 ponto do PIB sob Temer.

A grande redução do gasto discricionário ocorreu sob Dilma. O que houve sob Temer foi grande





volatilidade, com a despesa subindo abruptamente no fim de 2016 (o “banquete antes da dieta” do teto de gastos), despencando em 2017 (o erro de Meirelles) e voltando a subir rapidamente em 2018 (a correção de Guardia).

A montanha-russa do gasto discricionário implementada pela equipe temerista acabou prejudicando a recuperação da economia, mas confesso que nesse quesito o segundo governo Dilma incorreu em erro parecido.

Houve contingenciamento excessivo entre dezembro de 2014 e novembro de 2015 (de 0,6% do PIB), e isso contribuiu para a

recessão daquele ano.

Esse erro inicial só começou a ser sanado em dezembro de 2015, com a mudança de comando no Ministério da Fazenda, quando o gasto primário parou de cair e se estabilizou em 4% do PIB.

Por fim, como já coloquei em outra coluna no fim de 2017, a “grande reforma fiscal” de Temer, o teto de gastos, foi feita para não ter grande impacto durante seu mandato. Sem reformas estruturais radicais, o limite de despesas não se sustenta, como reconhecem os próprios temeristas, mas mesmo assim deixaram o trabalho duro para Bolsonaro.

## CONJUNTURA »

# Reajuste afetar  equilíbrio

Chefe da Secretaria-Geral do governo Bolsonaro critica a cultura de conceder aumentos salariais sem se levar em conta de onde sairão os recursos. Com verba apertada, garante que será prioridade remanejar gastos e reduzi-los



Gustavo Bebianno considera que decisão de manter aumento de servidores em 2019   "do jogo"

O futuro chefe da Secretaria-Geral, Gustavo Bebianno, disse ontem que, entre as prioridades do governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro, estão o corte de gastos e o equilíbrio das contas públicas. O futuro ministro afirmou ainda que a decisão do ministro do Supremo

Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski, de obrigar o governo a pagar o reajuste salarial de servidores ainda em 2019 afetar  as contas públicas, mas "faz parte do jogo".

"A mais difícil missão que nós temos é o equilíbrio das contas públicas. Não há como manter o Brasil dentro dessa cultura de aumentos dados sem que se leve em considera o o equilíbrio das contas", disse Bebianno a jornalistas na sede do governo de transi o. "Temos certeza de que o ministro Lewandowski deve saber disso. Essa é a nossa mais difícil missão, porque exige medidas antipáticas, como a não libera o desse tipo de aumento."

Na primeira reunião ministerial, realizada na última quarta-feira, o futuro ministro anunciou os nomes da equipe dele e destacou as metas do plano de governo de Bolsonaro, que são "botar o cidadão em primeiro lugar". "A máquina pública existe em fun o do cidadão. Houve ali apresenta o muito breve por parte de cada ministro com as principais diretrizes para cada pasta."

Questionado sobre a decisão de Lewandowski, Bebianno não escondeu o inc modo. "Vamos começar já com um desequilíbrio maior por causa disso, mas faz parte do jogo, vamos mudando isso ao longo do tempo", declarou. O

ministro do STF decidiu, antes do recesso no Judiciário, manter o reajuste salarial para 209 mil servidores civis ativos e 163 mil inativos do governo federal, com percentuais de 4,5% a 6,3% de aumento na remunera o. A medida custará aos cofres públicos aproximadamente R\$ 4,7 bilhões.

O futuro ministro criticou ainda a "cultura" de conceder reajustes sem levar em considera o as consequências fiscais. Isso porque o Congresso Nacional aprovou também, na última quarta, o Orçamento de 2019, com previsão de um deficit de até R\$ 139 bilhões. Bolsonaro terá disponível, para o primeiro ano à frente do Planalto, R\$ 3,381 trilhões para serem gastos em receitas e despesas.

Com as contas apertadas, o futuro ministro ressaltou a importância de remanejar os gastos públicos e reduzi-los. No entanto, não detalhou como isso será feito, tampouco de onde serão retirados. "Nós sabemos que a máquina estatal é muito inchada, com sobreposi o de atividades, muitos processos são realizados sem preocupa o com o resultado final; serviço final muitas vezes não é nem de interesse da popula o", explicou. E acrescentou: "Mas, ao mesmo tempo, não se pode correr o risco de paralisar a máquina pública", disse.

## Ficha limpa

Bebianno comentou ainda a condenação do futuro ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, por improbidade administrativa. O futuro chefe da Secretaria-Geral, contudo, minimizou o ocorrido e disse não saber detalhes do caso. “Nas diretrizes básicas do governo não haverá espaço para quem não for ficha limpa. Não acho que seja o caso do ministro Ricardo Salles. Isso vai ser apreciado oportunamente”, afirmou. Salles foi condenado em primeira instância, após ter sido acusado pelo Ministério Público de São Paulo de fraudar o processo do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Várzea do Rio Tietê, em 2016.